



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Vidas Represadas: Uma Análise Sócio Antropológica sobre o conflito armado e extrativismo no Bajo Cauca Antioqueño (Colômbia).

Autoria: Ángela Jasmín Fonseca Reyes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Em este work me proponho refletir sobre os processos de organização social e política das comunidades ribeirinhas do Bajo Cauca Antioqueño (Colômbia), diante dos impactos do conflito armado interno e a execução do projeto hidroelétrico Hituango-Pescadero, que pretende ser a maior barragem do país, em andamento desde o ano 2009. Este documento recolhe alguns elementos do meu projeto de tese que surge da imperiosa necessidade de discutir sobre as contradições suscitadas pelo vertiginoso aumento das demandas energéticas planetárias, que por sua vez estimulam o crescimento de megaprojetos de extração de hidrocarbonetos, mineração, usinas, agrocombustíveis, etc. Existem diferentes opções para produzir energia, porém, as alternativas prediletas dos últimos governos da Colômbia envolvem devastadores impactos ambientais e sociais, que afetam de diversas maneiras a vida das pessoas e do planeta, além quebram as relações entre as comunidades e seus territórios. Esse tipo de empreendimentos, transformam radicalmente a vida, não só das pessoas que habitam os lugares intervindos, também de todos os seres que coexistem nos ecossistemas, neste caso, do Canhão e do Rio Cauca. Estas problemáticas evidenciam que o valor da vida, fica supeditado aos interesses econômicos, ainda mais, quando as populações desses territórios têm sido vítimas de múltiplas formas de violência(s) exercidas por diferentes exércitos, legais ou ilegais, no contexto do conflito armado interno colombiano que continua vigente. Ao longo da história do conflito armado colombiano, os rios têm se constituído como uma grande fossa comum. Centenas de vítimas dos diferentes grupos armados têm sido assassinadas e posteriormente jogadas nos rios, e o Cauca não é a exceção. Segundo o Grupo de memória histórica esta recorrente prática de desaparecimento forçosa, dificulta o processo de busca, identificação e entrega digna. Também, atrapalha ainda mais o esclarecimento das



condições nas que aconteceram estes crimes e seus atores. O rio é mais uma vítima do conflito (2013).

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: